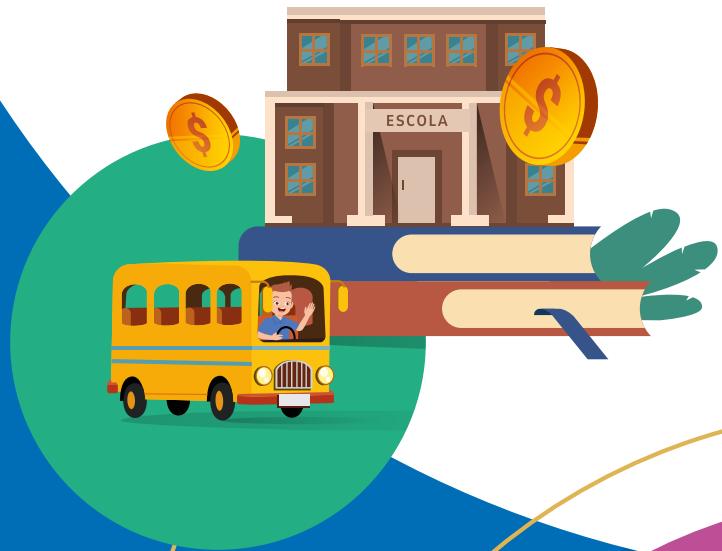


Prestação de Contas Anual Simplificada

Secretaria da Fazenda
do Estado da Bahia 2023



Missão da SEFAZ

Prover e administrar os recursos financeiros para viabilizar as políticas públicas do Estado e orientar o cidadão quanto à importância do pagamento dos tributos e do controle da aplicação dos recursos públicos.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Governador

JERÔNIMO RODRIGUES

Secretário da Fazenda

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

Subsecretário da Fazenda

JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO

Chefe de Gabinete

ADRIANO TADEU OLIVEIRA GUEDES CHAGAS

Superintendente de Administração Financeira

ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

Coordenadora de Desenvolvimento de Sistemas Corporativos da Área Financeira

ELVIRA CANDIDA CERDEIRA SILVA

Coordenador Geral de Planejamento, Acompanhamento e Controle Financeiro

ILAN NOGUEIRA DE OLIVEIRA SANTANA

Diretor do Tesouro

MURILO CARNEIRO DA COSTA

Diretor da Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO

CRC-BA 18.358/O-5

Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia

Prestação de Contas Anual Simplificada 2023

Sumário

O que é a Prestação de Contas Anual? | 8

Os tributos e o gasto público | 10

Como é dividido o Relatório da Prestação de Contas? | 14

Gestão Orçamentária | 16

- O que é o orçamento público? | 17
- O que são receitas orçamentárias? | 18
- O que são despesas orçamentárias? | 20
- Como se dá a classificação funcional da Despesa Orçamentária? | 22
- O que é o Balanço Orçamentário? | 28
- Como se dá a análise do Balanço Orçamentário? | 29

Gestão Financeira | 30

- O que é o Balanço Financeiro? | 31
- O que é a Demonstração dos Fluxos de Caixa? | 34

Gestão Patrimonial | 38

- O que é o Balanço Patrimonial? | 39
- Como é dividido o Balanço Patrimonial? | 41
- O que é a Demonstração das Variações Patrimoniais? | 47
- Como é dividida a Demonstração das Variações Patrimoniais? | 48
- De que forma o resultado das variações patrimoniais afeta o Balanço Patrimonial? | 51
- O que é a provisão matemática previdenciária? | 54

Gestão Fiscal | 56

- Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) | 57
- O que é a dívida pública? | 59

Gestão Econômica | 62

- O que é o Balanço Econômico? | 63

Concessões, PPPs e consórcios | 68

- As concessões de serviços públicos, as Parcerias Público-Privadas (PPP) e os consórcios públicos | 69

1 O que é a Prestação de Contas Anual?



Fazer a **Prestação de Contas Anual** é um dever de todo administrador público e norma elementar de conduta de quem quer que utilize os recursos públicos, conforme definido no artigo 70, parágrafo único, da Constituição Federal: “Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos [...]”.

A edição e publicação do **Relatório da Prestação de Contas** em sua versão simplificada têm o objetivo de atender ao que dispõe o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Por meio da **Prestação de Contas Anual**, a sociedade toma conhecimento de como os recursos públicos foram aplicados.

No estado da Bahia, é no relatório de prestação de contas do governador que os valores recebidos e gastos pelo Estado são demonstrados sob os pontos de vista do **Orçamento**, das **Finanças**, do **Patrimônio** e da **LRF**.

2 | Os tributos e o gasto público



Para melhor entendimento da **Prestação de Contas do Estado**, é importante saber um pouco sobre as suas fontes de receitas e como elas são utilizadas.

O Estado não pode funcionar sem receitas, isto é, sem recursos financeiros para o cumprimento de suas funções. É o recebimento das receitas de tributos que viabiliza a manutenção dos bens públicos e dos serviços prestados pelo setor público à sociedade. Cada serviço, em áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura, proteção social, proteção ambiental, cultura e muitas outras, só pode existir graças às receitas tributárias.

Portanto, onde há investimento público, os tributos estão presentes: de unidades de pronto-atendimento a hospitais e serviços de alta complexidade; da educação básica à universidade pública; das viaturas aos equipamentos das polícias Civil e Militar; das obras viárias aos investimentos em saneamento básico; infraestrutura urbana e habitação, sem falar nos salários e aposentadorias dos servidores públicos responsáveis pela prestação desses serviços.

O caminho das receitas tributárias



Impostos, taxas e contribuições: qual a diferença?

Como contribuintes, pagamos tributos sob diferentes formas. Mas pouca gente sabe dizer qual a diferença entre impostos, taxas e contribuições, ou ainda quais os principais tipos de tributos. Definir esses conceitos é uma forma de educar a sociedade para que esta compreenda a origem de cada obrigação, bem como entenda também como os recursos públicos são aplicados. **Confira, no glossário a seguir, a definição para cada categoria.**

Imposto | É o tributo cuja obrigação é gerada por uma situação independente de qualquer atividade estatal específica. Isso quer dizer que a cobrança do imposto não está vinculada a qualquer contraprestação diretamente proporcional ao valor exigido. O imposto é aplicado em razão das necessidades da sociedade, e sua aplicação visa ao bem comum.

Taxa | O pagamento de taxas corresponde a uma atuação estatal específica. O Estado presta um serviço pelo recebimento do tributo. As taxas se subdividem em dois grupos: no primeiro, estão aquelas relacionadas ao exercício regular do poder de polícia, como acontece com a vigilância sanitária; e, no segundo, aquelas decorrentes de serviço público específico utilizado pelo contribuinte, a exemplo da emissão de documentos, como a carteira de motorista, ou posto à sua disposição, como a taxa de lixo.

Contribuição de Melhoria | É cobrada em função da atuação estatal indiretamente relacionada com o contribuinte, mas que lhe trará benefí-

cios diretos. Pode ser cobrada, por exemplo, dos proprietários que tiverem o imóvel beneficiado em razão de obra pública.

Empréstimo Compulsório | Apenas a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; ou viabilizar investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. Trata-se de um tributo restituível, isto é, deve ser devolvido ao contribuinte.

Contribuições Sociais | Podem ser instituídas pela União, pelos estados e Distrito Federal e pelos municípios para custeio de sistemas de previdência e seguridade social, que incluem a previdência social, a assistência à saúde e à assistência social. São exemplos: Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Você sabia que existem tributos que são específicos dos estados e do Distrito Federal? **Conheça alguns deles:**

ICMS

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

Incide sobre a comercialização de mercadorias e a prestação de serviços de comunicação e transporte interestadual e intermunicipal. É cobrado sobre energia elétrica, telefonia, comercialização de mercadorias nas lojas e supermercados etc.

IPVA

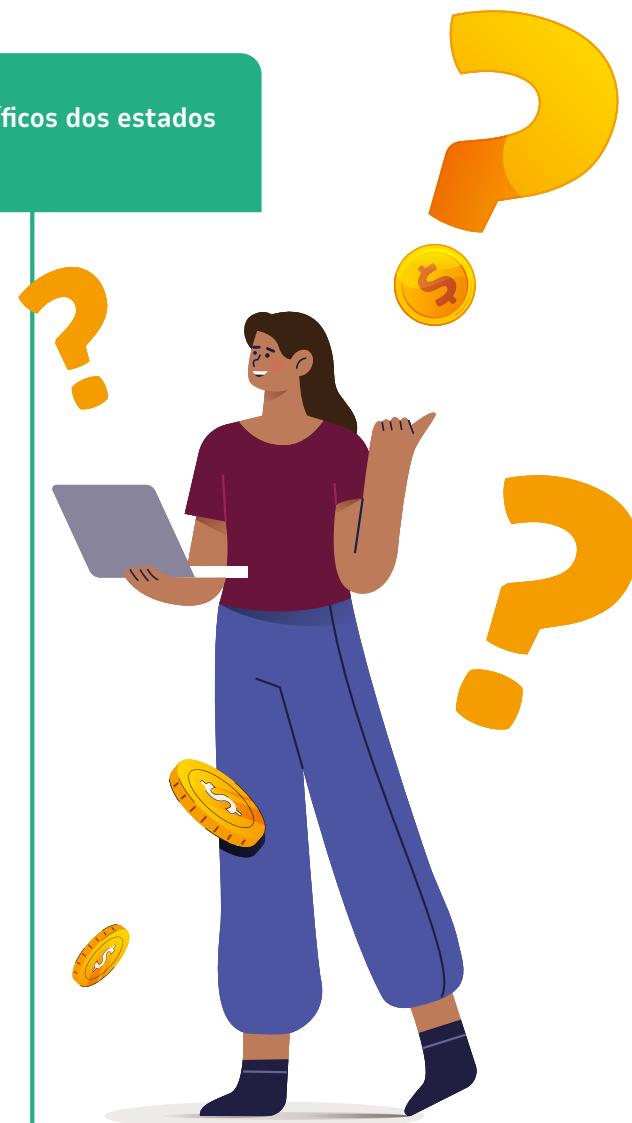
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

É cobrado dos proprietários de veículos automotores.

ITD

Imposto sobre a Transmissão de *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos

Incide sobre herança ou doação, por exemplo, quando o pai decide doar aos filhos uma casa ou uma quantia em dinheiro.



3

Como é dividido o Relatório da Prestação de Contas?



O **Relatório de Prestação de Contas** elaborado pela Secretaria da Fazenda é dividido em módulos de gestão:

- Gestão Orçamentária
- Gestão Financeira
- Gestão Patrimonial
- Gestão Fiscal
- Gestão Econômica



4

Gestão Orçamentária



O que é o **orçamento público**?

O ente público precisa anualmente realizar um planejamento de suas receitas e despesas. O **orçamento público** é aprovado pela Assembleia Legislativa por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), que demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas para determinado ano.

O orçamento de 2023 foi aprovado pela **Lei nº 14.531/2022**.

A partir da previsão da receita a ser arrecadada e da fixação das despesas a serem pagas pelos órgãos, entidades e fundos públicos é que pode ser iniciado o chamado exercício financeiro.

Na área pública, um dos princípios orçamentários é o do **equilíbrio**. Significa que as receitas previstas deverão ser iguais às despesas fixadas. Legalmente, na execução do orçamento o Estado não pode gastar mais do que arrecada.



O que são receitas orçamentárias?

Todo recurso que entra nos cofres do Estado é considerado um ingresso. Quando esse ingresso pode ser utilizado para pagamento de despesas orçamentárias, é classificado como receita orçamentária.

Quando o ingresso precisa ser devolvido para o seu depositante, ele é considerado um ingresso extraorçamentário.

As receitas orçamentárias estão classificadas quanto à sua natureza como receitas correntes ou receitas de capital.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

São todos os ingressos de recurso financeiro que representem, geralmente, disponibilidade para que o erário possa financiar as despesas orçamentárias.

RECEITAS CORRENTES

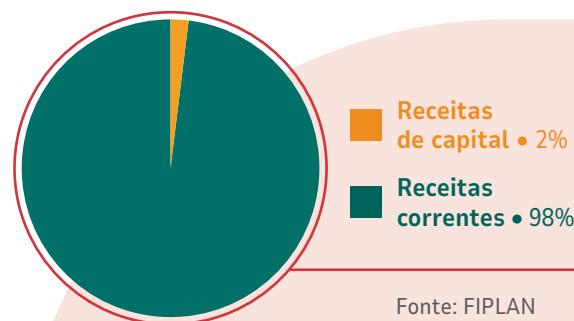
São os recursos originários do poder do Estado de recolher tributos, bem como das demais atividades exercidas pelo poder público, além dos juros e outros encargos recebidos em decorrência de operações de crédito em que o Estado figure como credor, assim como os recursos recebidos a título de transferências de convênios ou similares.

RECEITAS DE CAPITAL

São aquelas provenientes da conversão, em espécie, de bens e direitos compreendidos no ativo não circulante e decorrentes de recebimento de amortização de operação de crédito em que o Estado figura como credor, bem como o recurso oriundo de operação de crédito interna ou externa, inclusive emissão de títulos. As transferências, constitucionais ou voluntárias, de outros entes governamentais para investimentos também são classificadas nesse grupo.

Em 2023, as receitas correntes representaram 98% da receita orçamentária realizada pelo Estado.

Gráfico 1 | Receitas realizadas em 2023



RECEITAS PREVISTAS X RECEITAS REALIZADAS

O total de receitas correntes retificadas chegou a **99,98%** do previsto, alcançando o montante de **R\$ 73.762.190.962,60**. As receitas de capital totalizaram **37,77%** do previsto na LOA, em função da frustração na execução das operações de crédito e transferências de capital.

Gráfico 2 | Receitas previstas x Receitas realizadas

Receitas Correntes (em milhares)

Previsão Atualizada • R\$ 73.774.588

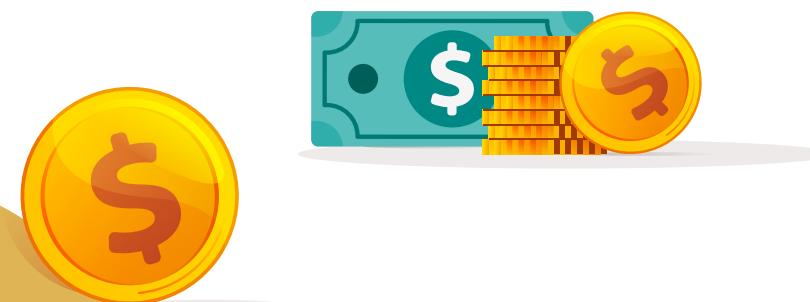
Realização • R\$ 73.762.190

Receitas de Capital (em milhares)

Previsão Atualizada • R\$ 3.980.578

Realização • R\$ 1.503.527

Fonte: Fiplan Gerencial



O que são despesas orçamentárias?

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Despesas orçamentárias são aquelas cuja realização depende de autorização legislativa e não podem ser realizadas sem previsão na lei orçamentária ou em lei especial.

Segundo a sua natureza, as despesas orçamentárias podem ser classificadas por categoria econômica e por grupos de despesa.

Categoria econômica

DESPESAS CORRENTES

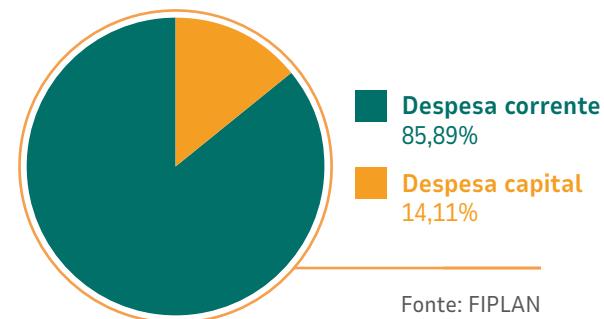
São aquelas que contribuem diretamente para a manutenção e a prestação de serviços anteriormente criados, a exemplo do pagamento de benefícios sociais a servidores ativos e inativos; de transferência a outros entes da Federação ou entidade privada; da realização de obras de adaptação e conservação de bens imóveis e de uso comum; e do pagamento de juros e outros encargos da dívida.

DESPESAS DE CAPITAL

São aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital e são destinadas à execução de obras, à integralização de capital, às aquisições de bens, bem como à concessão de empréstimos, ao refinanciamento e à amortização da dívida.

O **Gráfico 3** demonstra que, do total da despesa empenhada no exercício de 2023, no valor de R\$ 77.868.037.417 (setenta e sete bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, trinta e sete mil, quatrocentos e dezessete reais), as despesas correntes corresponderam a 85,89% do montante, enquanto 14,11% foram relativas às despesas de capital.

Gráfico 3 | Composição da despesa por categoria econômica - 2023



O **Gráfico 4** apresenta a participação desses grupos no total da despesa empenhada no exercício de 2023.

Gráfico 4 | Composição da despesa orçamentária - 2023

GRUPOS DE DESPESAS

As despesas orçamentárias, quanto à sua natureza, estão divididas em grupos:

- Despesas com pessoal e encargos sociais;
- Despesas com juros de dívidas;
- Outras despesas correntes (manutenção para funcionamento dos órgãos e entidades);
- Investimentos (compra de veículos, obras, construções de escolas, estradas etc.);
- Inversões financeiras (aquisição de bens de terceiros já em uso);
- Amortização da dívida (pagamento de empréstimos).

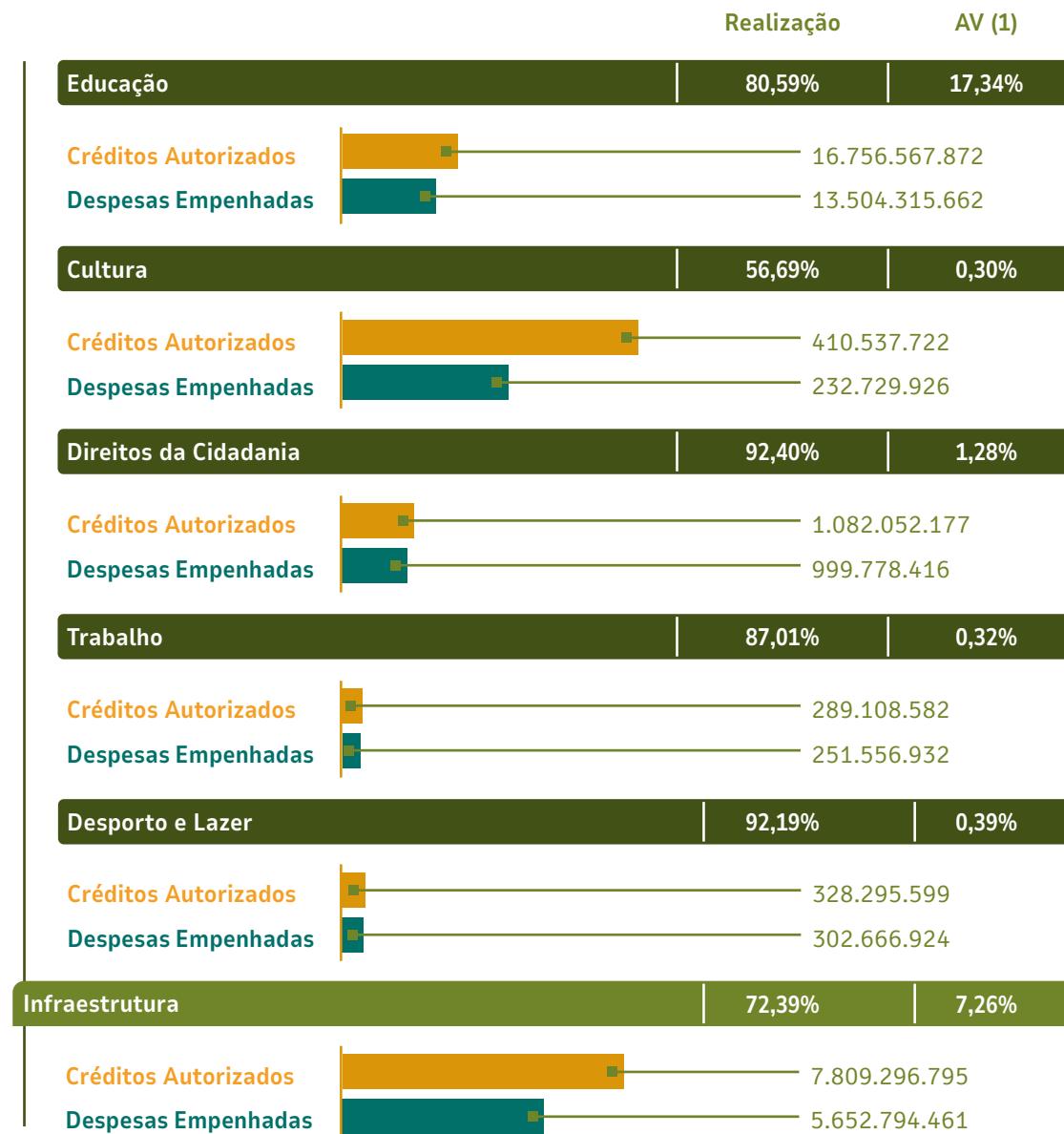
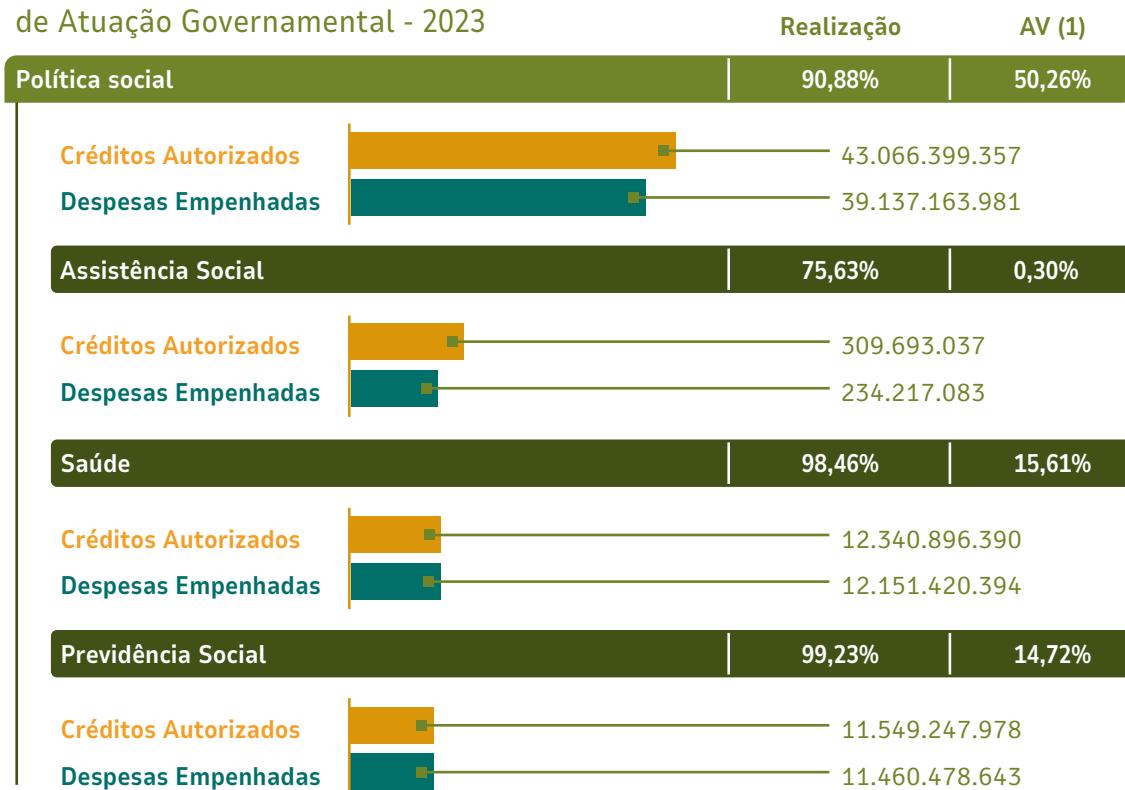


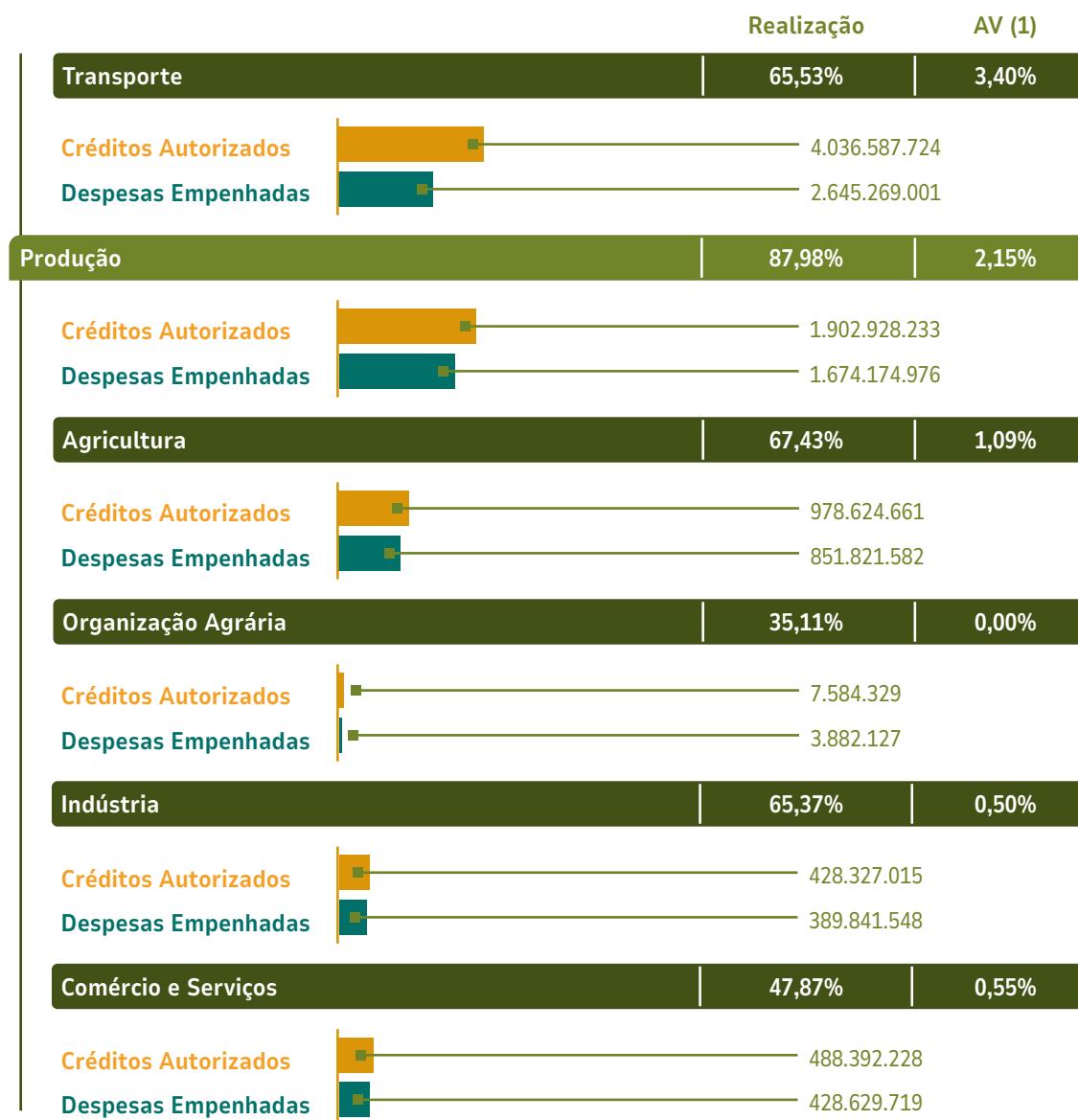
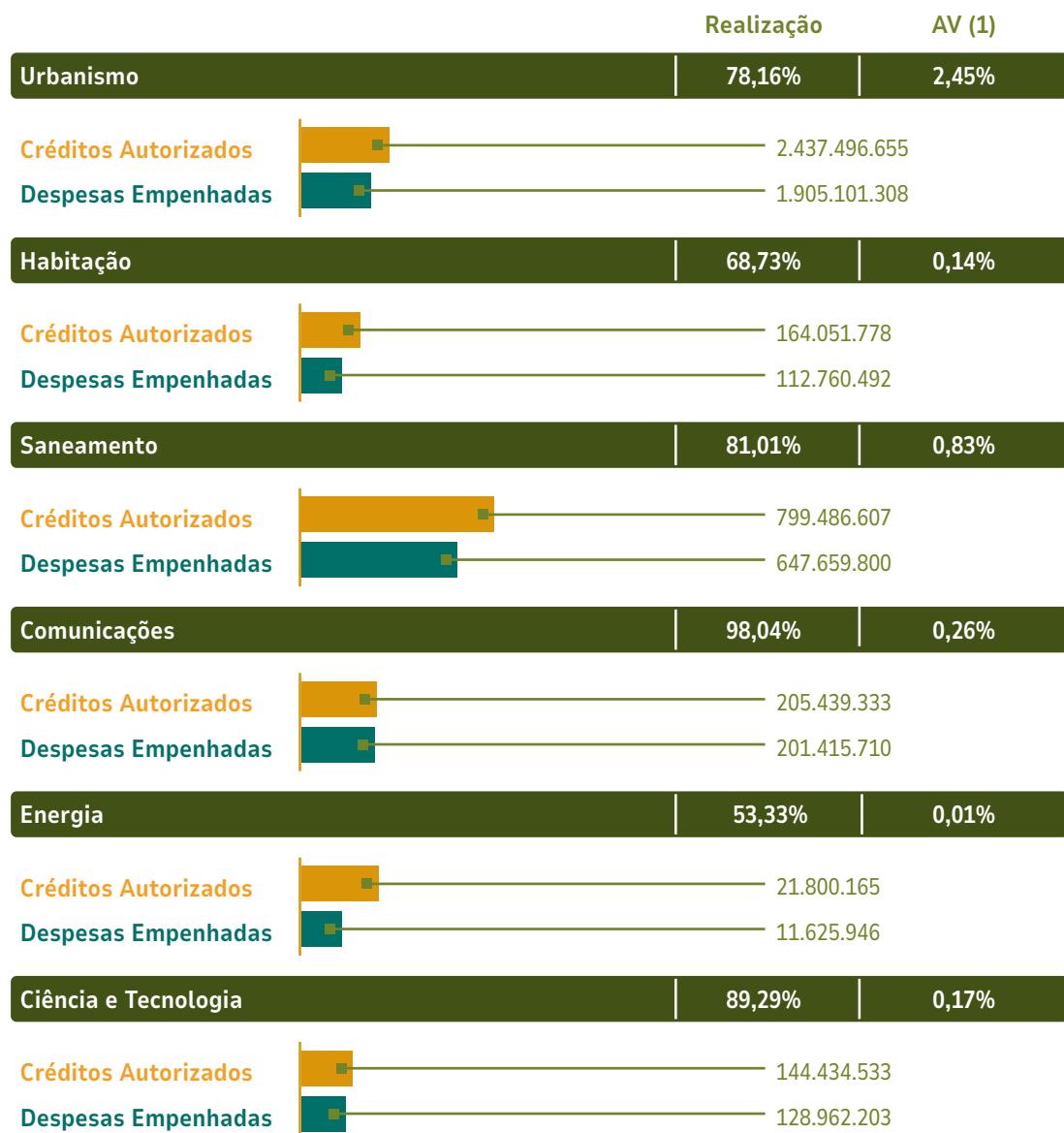
Como se dá a **classificação funcional** da Despesa Orçamentária?

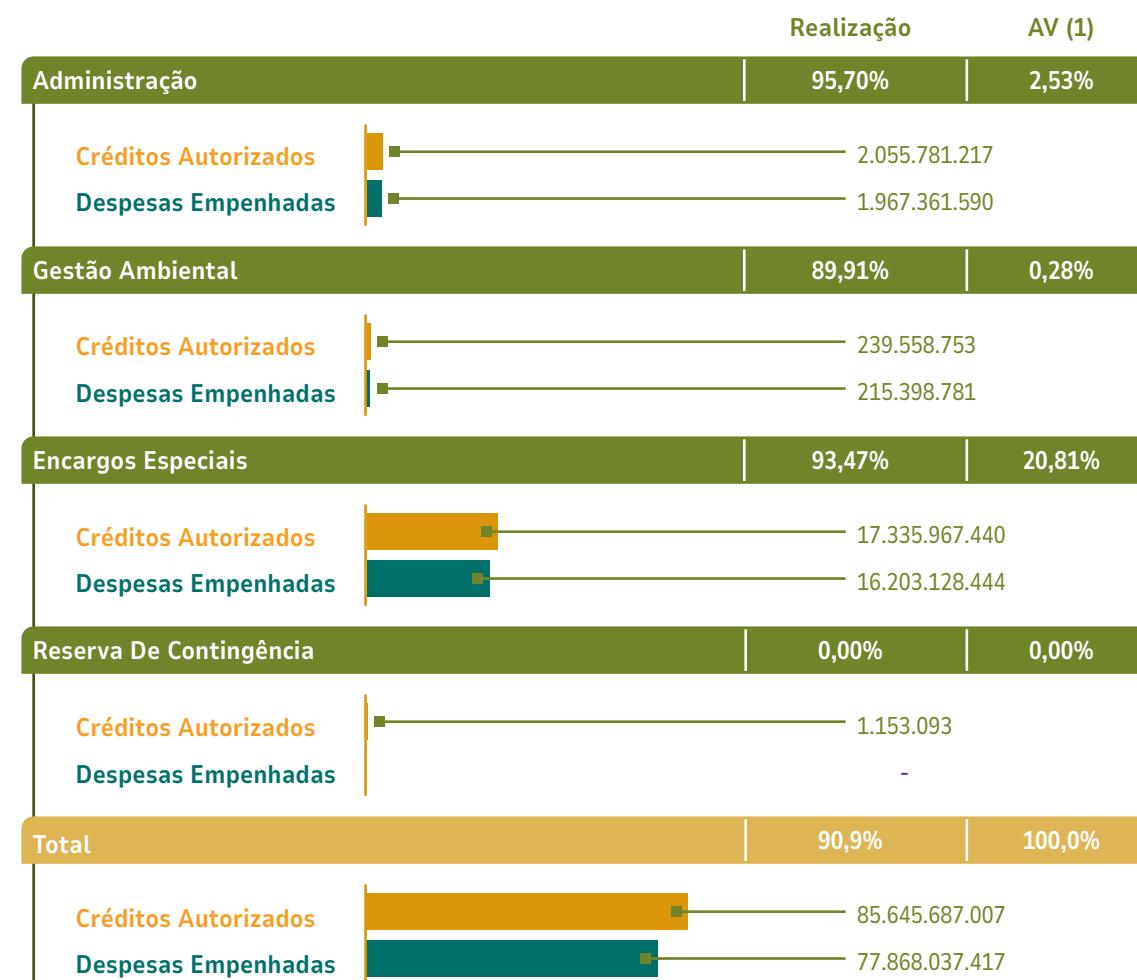
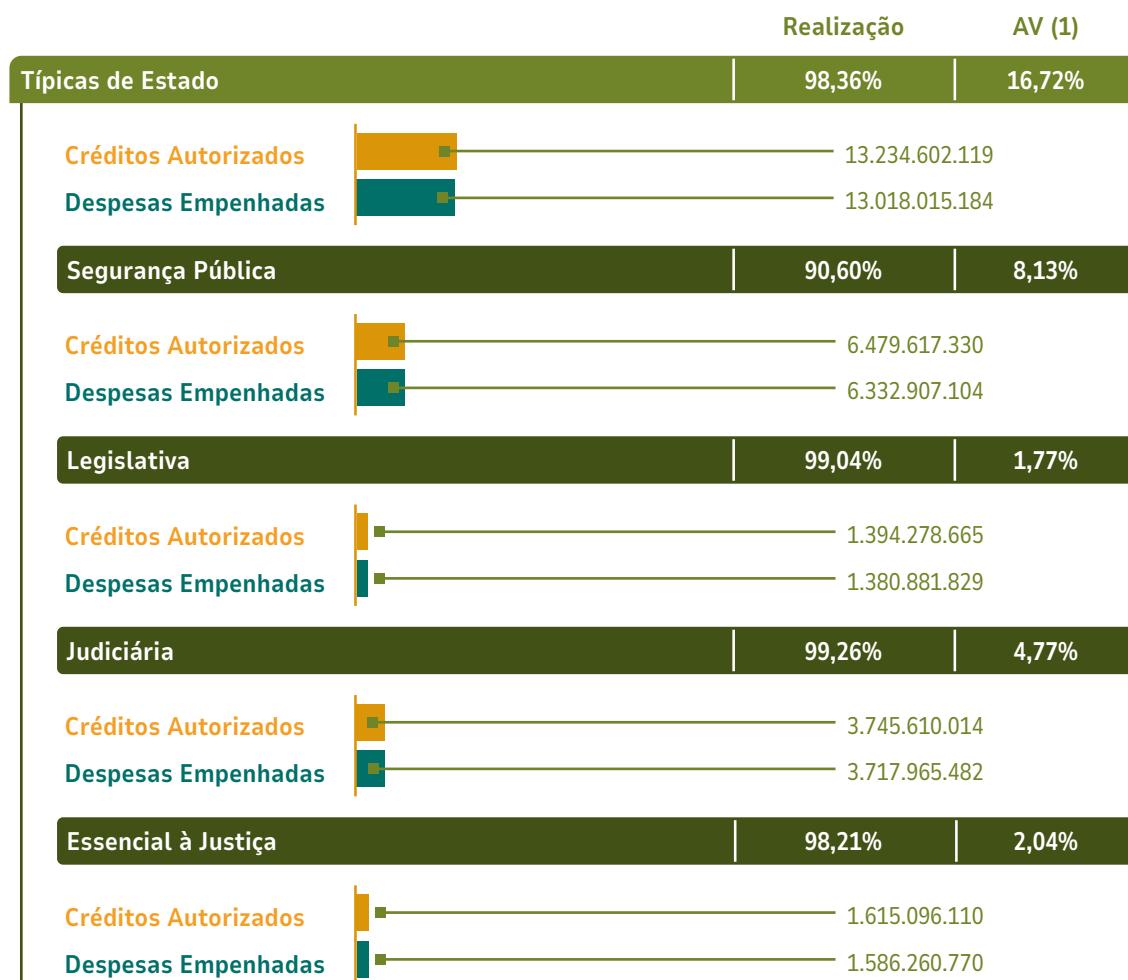
A **classificação funcional** da despesa é a estrutura de funções, que indicam as áreas de atuação do governo, como saúde, educação, segurança pública, entre outras.

O **gráfico 05** apresenta as despesas orçadas e realizadas, considerando as principais áreas de atuação do Governo do Estado da Bahia no exercício de 2023.

Gráfico 5 | Despesas por Área de Atuação Governamental - 2023







Fonte: FIPLAN

(1) Análise Vertical Participação do item no total

O que é o Balanço Orçamentário?

O **Balanço Orçamentário** é um demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas com as receitas realizadas, de despesas fixadas com as despesas executadas em todas as suas etapas, bem como o confronto entre as receitas e despesas, apurando o resultado orçamentário.

Tabela 01 | Balanço Orçamentário Resumido - 2023 Valores em R\$

Especificação	Receita			
	Prevista Atualizada	Realizada	Diferença	Realização ¹
Receitas Correntes ³	81.114.514.317	82.432.888.687	1.318.374.370	101,63%
(-) Conta Retificadora da Receita Corrente	-7.339.925.400	-8.670.697.725	-1.330.772.325	118,13%
Receitas Correntes Retificadas (A) ²	73.774.588.917	73.762.190.963	-12.397.954	99,98%
Receita de Capital Retificada (B)	3.980.578.015	1.503.527.160	-2.477.050.855	37,77%
SOMA I (A + B)	77.755.166.932	75.265.718.123	-2.489.448.809	96,80%
Especificação	Despesa			
	Fixada Atualizada	Empenhada	Diferença	Realização ¹
Despesas Correntes (C)	70.805.139.377	66.882.748.870	3.922.390.506	94,46%
Despesas de Capital (D)	14.839.394.537	10.985.288.546	3.854.105.991	74,03%
Reserva de Contingência (E)	1.153.093	0	1.153.093	0,00%
SOMA II (C+D+E)	85.645.687.007	77.868.037.417	7.777.649.590	90,92%
Superávit/Déficit Orçamentário		-2.602.319.294		
Total		71.667.009.738		

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

1 • Percentual de realização da receita e da despesa em comparação a sua previsão. 2 • Essa nomenclatura diverge da denominação utilizada no FIPLAN para diferenciá-la da Receita Corrente Líquida (RCL) apurada na LRF. 3 • As Receitas e Despesas Intraorçamentárias Correntes e de Capital foram incluídas em Receitas e Despesas Correntes e de Capital.

Como se dá a análise do Balanço Orçamentário?

A análise ocorre por meio da previsão da receita orçamentária em comparação com o montante efetivamente realizado. Também é analisado o comportamento da despesa orçamentária.

COMPORTAMENTO DA RECEITA

É analisado se ocorreu excesso de arrecadação ou frustração de receita. Quando a receita realizada (arrecadada) é maior que a receita prevista atualizada, tem-se um excesso de arrecadação. Quando a receita realizada (arrecadada) é menor que a receita prevista atualizada, tem-se uma frustração de receita.

Para 2023, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu um déficit de arrecadação de receita no montante de R\$ 2.489.448.809,17, ou seja, 96,80% da receita prevista foi realizada.

COMPORTAMENTO DA DESPESA

É analisado se ocorreu economia orçamentária. Quando a despesa executada (empenhada) é menor que a dotação atualizada, tem-se uma economia orçamentária.

ATENÇÃO

O ente público não pode executar (empenhar) valor maior que aquele autorizado em orçamento, que é distribuído nos órgãos, entidades e fundos públicos por meio de dotações orçamentárias.

Para 2023, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu uma economia orçamentária no montante de R\$ 7.777.649.590,48.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É analisado se ocorreu superávit ou déficit. O resultado orçamentário corresponde ao confronto entre as receitas realizadas (arrecadadas) e as despesas empenhadas. Quando a receita orçamentária é maior que a despesa orçamentária, tem-se um superávit orçamentário. Quando a despesa orçamentária é maior que a receita orçamentária, tem-se um déficit orçamentário.

Como o total da receita realizada foi de R\$ 75.265.718.122,83 e o total da despesa executada foi de R\$ 77.868.037.416,52, ocorreu um déficit orçamentário no valor de R\$ 2.602.319.293,52.

5

Gestão Financeira



O que é o **Balanco Financeiro**?

O **Balanco Financeiro** é o demonstrativo contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.



O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira demonstrando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Tabela 02 | Balanço Financeiro Resumido - 2023

Valores em R\$

Descrição	Ingressos	Dispêndios
Orçamentário	71.459.899.022	74.005.901.421
Ordinárias	50.518.193.705	50.479.045.310
Vinculadas	20.941.705.316	23.526.856.111
Educação	8.706.380.838	9.020.122.587
Saúde	2.565.606.798	2.434.301.079
Recursos Vinculados à Assistência Social	5.231.670	8.929.567
Regime de Previdência Próprio	2.861.923.406	5.291.887.193
Demais Vinculações de Recursos	6.802.562.604	6.771.615.684
Transferências Financeiras	37.255.918.444	37.255.918.444
Execução Orçamentária	37.255.918.444	37.255.918.444
Cotas Recebidas	34.246.286.324	-
Cotas Concedidas	-	37.233.466.784
Aporte de Recursos para o RPPS	3.009.632.120	22.451.659
Independente da Execução Orçamentária	-	-
Recursos Recebidos Extra Orçamentários	-	-
Movimento Saldo Financeiro	-	-

Descrição	Ingressos	Dispêndios
Extraorçamentários	4.699.307.161	3.023.745.538
Recebimentos Extraorçamentários	4.699.307.161	-
Pagamentos Extraorçamentários	-	3.023.745.538
Saldos	13.107.510.553	12.237.069.777
Exercício Anterior	13.107.510.553	-
Para o Exercício Seguinte	-	12.237.069.777
Total Balanço Financeiro	126.522.635.180	126.522.635.180

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

As receitas e despesas orçamentárias ordinárias compreendem as receitas e as despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. As vinculadas são aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

As transferências financeiras recebidas e concedidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Os recebimentos e pagamentos extraorçamentários são direitos a receber e obrigações a pagar a curto prazo.

Os saldos em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte compreendem o caixa e equivalentes de caixa e os depósitos restituíveis e valores vinculados de curto prazo.



O que é a Demonstração dos Fluxos de Caixa?

A **Demonstração dos Fluxos de Caixa** permite avaliar como uma entidade pública obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram usados, além de proporcionar as informações necessárias para identificar: as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Apresenta informações acerca das alterações ocorridas nas disponibilidades e o efeito das transações que afetam o caixa e equivalentes de caixa no período, segundo as atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

As atividades operacionais compreendem as principais atividades geradoras de receita da entidade, como os ingressos decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública, como pessoal e demais despesas correntes, além de juros e encargos da dívida.

O fluxo de caixa líquido dessas atividades fornece informações sobre o financiamento das ações governamentais por meio de tributos e pelo recebimento de receita de bens e serviços explorados pela entidade; sobre a capacidade de amortizar empréstimos; e sobre a capacidade de autofinanciar suas operações sem recorrer a operações de crédito.



Tabela 03 | Fluxo Operacional - 2023

Valores em R\$

Ingressos	2023	PART (1)
Receita Tributária	37.383.646.749	52,42%
Receita de Contribuições	3.911.911.472	5,49%
Receita Patrimonial	525.394.700	0,74%
Receita Agropecuária	54.270	0,00%
Receita Industrial	-	0,00%
Receita de Serviços	227.363.472	0,32%
Remuneração das Disponibilidades	1.512.631.173	2,12%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	2.178.198.915	3,05%
Transferências Recebidas	24.772.713.523	34,74%
Outros Ingressos Operacionais	802.464.278	1,13%
Total	71.314.378.553	100,00%

Desembolsos	2023	PART (2)
Pessoal e Demais Despesas	47.743.113.880	75,29%
Juros e Encargos da Dívida	1.455.532.867	2,30%
Transferências Concedidas	14.081.247.999	22,21%
Outros Desembolsos Operacionais	132.764.127	0,21%
Total	63.412.658.873	100,00%

Fluxo de Caixa Líquido das Receitas e Despesas Operacionais	7.901.719.680
--	----------------------

Fonte: FIPLAN/SEFAZ

1 • Participação das Receitas no Total dos Ingressos de 2023. 2 • Participação das Despesas no Total dos Desembolsos de 2023.

Nas atividades de investimentos estão as alienações de bens, os recebimentos decorrentes da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos, os desembolsos relativos à aquisição de ativos não circulantes e a concessão de empréstimos e financiamentos.

São atividades que demonstram, em seu fluxo de caixa líquido, o potencial da entidade em contribuir para a produção futura de bens e serviços públicos, porque revela, em termos financeiros, a política de expansão da infraestrutura do governo.

Tabela 04 | Fluxo de Investimentos - 2023

Valores em R\$

Ingressos	2023	PART (1)
Alienações de Bens	16.044.547	8,73%
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	167.774.545	91,27%
Total	183.819.092	100,00%
Desembolsos	2023	PART (2)
Aquisição de Ativo Não Circulante	7.676.499.195	91,27%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	200.539.448	2,38%
Outros Desembolsos de Investimentos	533.533.798	6,34%
Total	8.410.572.441	100,00%

Fluxo de Caixa Líquido das Receitas e Despesas de Investimentos	8.226.753.349
--	----------------------

Fonte: FIPLAN/SEFAZ

- 1 • Participação das Receitas no Total dos Ingressos de 2023.
- 2 • Participação das Despesas no Total dos Desembolsos de 2023.

As atividades de financiamentos estão relacionadas às operações de crédito e aos desembolsos com a amortização/refinanciamento da dívida. O seu fluxo líquido provê as informações sobre o nível de recursos de terceiros captados e amortizados, permitindo a previsão de futuros desembolsos para pagamento aos fornecedores de capital à entidade.

Tabela 05 | Fluxo de Financiamentos - 2023

Valores em R\$

Ingressos	2023	PART (1)
Operações de Crédito	764.165.655	100,00%
Total	764.165.655	100,00%
Desembolsos	2023	PART (2)
Amortização/Refinanciamento da Dívida	1.555.769.701	100,00%
Total	1.555.769.701	100,00%

Fluxo de Caixa Líquido das Receitas e Despesas de Financiamentos	-791.604.046
---	---------------------

Fonte: FIPLAN/SEFAZ

- 1 • Participação das Receitas no Total dos Ingressos de 2023.
- 2 • Participação das Despesas no Total dos Desembolsos de 2023.

6

Gestão Patrimonial

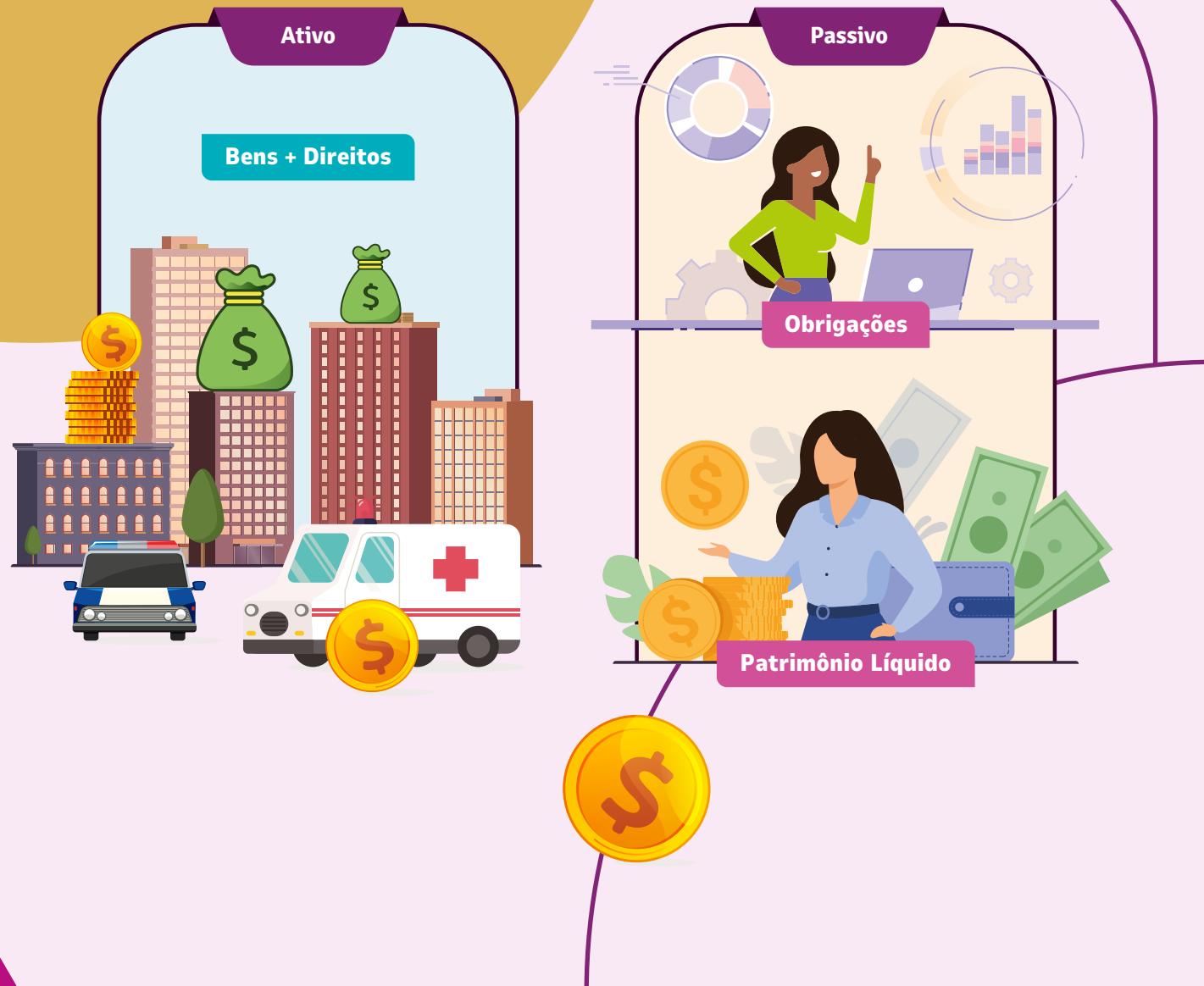


O que é o Balanço Patrimonial?

É o demonstrativo contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público: ativo, passivo e patrimônio líquido. De forma bem simples: o **Balanço Patrimonial** é como fosse uma foto do patrimônio de uma entidade (pessoa física ou jurídica) num determinado período de tempo.

O Balanço Patrimonial possui uma **equação básica** relativa ao patrimônio, na qual o total do **ativo** (bens e direitos) menos o total do **passivo** (obrigações) resulta no **patrimônio líquido (saldo patrimonial ou situação líquida patrimonial)**, que é valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.





Como é dividido o Balanço Patrimonial?

O **Balanço Patrimonial** deve ser estruturado de forma a atender e respeitar os conceitos da ciência contábil e da legislação pública vigente, destacando-se, entre outros, o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (MCASP).

Ao se observar o Balanço Patrimonial, verifica-se uma estrutura com um **quadro principal** formado pelo ativo circulante e não circulante, pelo passivo circulante e não circulante e pelo patrimônio líquido, que representa o saldo patrimonial ou situação líquida patrimonial.

Além do quadro principal, o Balanço Patrimonial é composto de dois **quadros auxiliares** que apresentam os valores dos ativos e passivos segregados em financeiros e permanentes, bem como os saldos dos atos potenciais ativos e passivos.

Balanço Patrimonial resumido

O Balanço Patrimonial Resumido do Estado da Bahia de 2023 está demonstrado de acordo com a Tabela 6:

Tabela 06 | Balanço Patrimonial - Versão Simplificada

Valores em R\$

Ativo	2023	AV (1)
Ativo Circulante	16.759.894.980	18,12%
Ativo Não Circulante	75.757.491.692	81,88%
Total	92.517.386.672	100,00%

Passivo	2023	AV (2)
Passivo Circulante	9.565.944.207	4,03%
Passivo Não Circulante	227.883.524.919	95,97%
Total do Passivo	237.449.469.126	100,00%
Patrimônio Líquido	2021	
Total do Patrimônio Líquido	(144.932.082.454)	100,00%
Total	92.517.386.672	100,00%

Ativos e Passivos financeiros e permanentes

Ativo financeiro e permanente	2023	AV (1)
Ativo Financeiro	12.263.424.508	13,26
Ativo Permanente	80.253.962.165	86,74
Total	92.517.386.672	100,00%

Passivo financeiro e permanente	2023	AV (2)
Passivo Financeiro	4.850.946.871	5,24
Passivo Permanente	232.835.157.812	251,67
Saldo Patrimonial	(145.168.718.011)	(156,91)
Total	92.517.386.672	100,00%

Contas de compensação

Atos potenciais ativos	2023
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	965.491.206
Total	965.491.206

Atos Potenciais Passivos	2023
Saldo dos atos potenciais passivos	157.999.283.578
Total	157.999.283.578

Fonte: FIPLAN

- 1 • Análise Vertical. Participação do item no total do Ativo.
- 2 • Análise Vertical. Participação do item no total do Passivo.

Os valores do ativo circulante e não circulante compõem o ativo total no valor de R\$ 92,52 bilhões, que, deduzido do passivo total, somatório do passivo circulante e não circulante no valor de R\$ 237,45 bilhões, resultou em um patrimônio líquido negativo de R\$ (144,93) bilhões. Desta forma, verifica-se a equação básica do patrimônio: ativo menos passivo é igual ao patrimônio líquido.

O patrimônio líquido negativo demonstra que as obrigações superaram os bens e direitos da Administração Pública, sendo igual ao saldo patrimonial do quadro dos ativos e passivos segregados em financeiros e permanentes.

O valor negativo do patrimônio líquido ocorreu devido à influência das provisões matemáticas previdenciárias de longo prazo, com valor de R\$ 181,62 bilhões, que representa 92,81% em relação ao total provisões a longo prazo existentes no Estado da Bahia, cujo valor foi de R\$ 196,33 bilhões.

Balanco Patrimonial resumido

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. Estão demonstrados no ativo, além dos bens, os direitos de curto e longo prazos, tais como: disponibilidades em caixas e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, clientes, créditos tributários a receber, dívida ativa tributária, participações permanentes, bens corpóreos, entre outros.

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade. No passivo, estão demonstradas as obrigações de curto e longo prazos, tais como: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, dívidas de empréstimos e financiamentos efetuados pelo Estado, fornecedores, provisões, precatórios, dívidas com credores, cauções de empresas contratadas pelo Estado, entre outras.

Classificação em circulante e não circulante

Os **ativos** devem ser classificados como **circulantes** quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

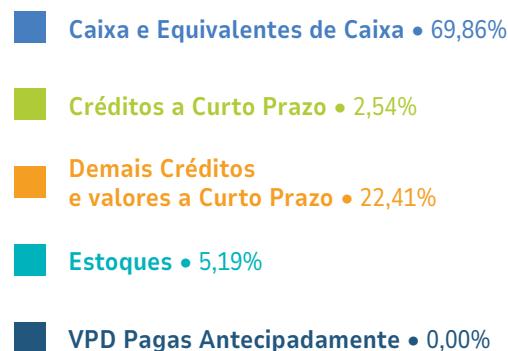
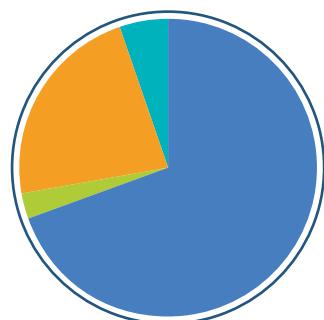
- estar disponível para realização imediata; ou
- ter a expectativa de realização até 12 meses após a data das demonstrações contábeis.

Assim, quando fazemos a classificação de um componente patrimonial como ativo circulante, na verdade ele tem um potencial de ser convertido em dinheiro (liquidez) em até 12 meses.

Os demais ativos devem ser classificados como **não circulantes**, ou seja, itens que serão convertidos em dinheiro após 12 meses.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Para o passivo, temos o seguinte: serão circulantes os passivos cuja exigibilidade da obrigação tenha potencial de acontecer em até 12 meses; os demais casos serão classificados como passivos não circulantes.



Fonte: FIPLAN

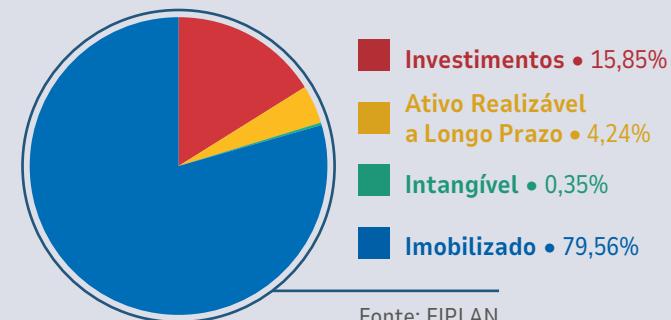
No ano de 2023, os **gráficos do ativo e passivo**, tanto no circulante como no não circulante, atingiram variações percentuais que demonstram os reflexos mais significativos da estrutura patrimonial atual.

No **ativo circulante**, a conta “Caixa e equivalentes de caixa” representa aproximadamente 69,86% do total do ativo circulante, sendo a maior parcela relativa ao disponível para realização imediata (Gráfico 6).

Gráfico 6 | Composição do ativo circulante - 2023

De acordo com o Gráfico 6, aproximadamente 69,86% do **ativo circulante** correspondem a “Caixa e equivalentes de caixa”, sendo a maior participação dentro do grupo. Ademais, aproximadamente 22,45% correspondem a “Demais créditos e valores a curto prazo”; 2,54% a “Créditos a curto prazo” e 5,19% a “Estoques”.

Gráfico 7 | Composição do ativo não circulante - 2023



Fonte: FIPLAN

De acordo com o Gráfico 7, 79,56% do **ativo não circulante** correspondem ao ativo imobilizado, sendo sua maior participação em bens imóveis, incluindo a depreciação ocorrida no exercício. Os investimentos representam 15,85%; o ativo realizável a longo prazo, 4,24%; e o intangível, 0,35%.

Gráfico 8 | Composição do passivo circulante - 2023



Fonte: FIPLAN

No **passivo circulante**, a conta “Obrigações trabalhistas previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo”, com uma participação de aproximadamente 25,52% no total do passivo circulante, representa a maior parte dos compromissos de curto prazo, seguido pelas contas: “Fornecedores e contas a pagar a curto prazo”, “Demais obrigações a curto prazo” e “Empréstimos e financiamentos a curto prazo”, respectivamente, com participações de 27,43%, 28,36% e 16,82% (Gráfico 8).

Gráfico 9 | Composição do passivo não circulante - 2023



Fonte: FIPLAN

Do **passivo não circulante**, 86,15% correspondem às “**Provisões a longo prazo**”, que, em quase sua totalidade, são representadas pelas “Provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo. Depois das “Provisões a longo prazo”, o grupo de maior valor é o dos “**Empréstimos e financiamentos a longo prazo**”, que representa 8,93% do passivo não circulante, conforme visto no Gráfico 9.

O que é a **Demonstração das Variações Patrimoniais**?

É a demonstração contábil que evidencia as alterações verificadas no patrimônio (ativo e passivo), indicando o Resultado Patrimonial do Exercício pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) ocorridas no período. O valor apurado passa a compor o patrimônio líquido (saldo patrimonial) do Balanço Patrimonial do exercício.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais** (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Porém, é relevante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais, efetuadas através de incorporações e desincorporações ou baixa.

O patrimônio é dividido em bens (móveis, imóveis e outros), direitos (disponibilidades financeiras, por exemplo) e obrigações (dívidas, tais como empréstimos e financiamentos).

A diferença entre esses montantes é chamada de patrimônio líquido, que demonstra se o órgão, fundo ou entidade possui mais (ou menos) bens e direitos do que obrigações, indicando uma situação de superávit (ou déficit) patrimonial, a depender do resultado das variações patrimoniais (aumentativas e diminutivas).



Como é dividida a **Demonstração das Variações Patrimoniais**?

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) se divide em: Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

As **VPAs** demonstram as alterações dos elementos do patrimônio público que aumentam o patrimônio líquido do órgão ou entidade pelo aumento de valores ativos ou pela redução de valores passivos. São exemplos: impostos, taxas, transferências recebidas da União, prestação de serviços, entre outros.

As **VPDs** demonstram as alterações dos elementos do patrimônio público que reduzem o patrimônio

líquido do órgão ou entidade pelo aumento de valores passivos ou pela redução de valores ativos. São exemplos: remuneração de pessoal, despesas com manutenção, aposentadorias, depreciação de bens públicos, entre outros.

Através da estrutura da DVP, o setor público demonstra o quanto o serviço público prestado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais, sejam aumentativas ou diminutivas.

Tabela 07 | Variações Patrimoniais - versão simplificada

Valores em R\$

Variações Patrimoniais Aumentativas	2023
Total de Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	89.822.577.013
Variações Patrimoniais Diminutivas	2023
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	113.324.932.922
Resultado Patrimonial Do Período (III) = (I - II)	(23.502.355.909)

Fonte: FIPLAN

O valor total das VPAs alcançou aproximadamente R\$ 89,82 bilhões e das VPDs foi de R\$ 113,32 bilhões, também em valores aproximados, apresentando um resultado patrimonial no período de R\$ 23,50 bilhões negativos (déficit).

Os Gráficos 10 e 11 demonstram os itens das VPAs e VPDs, respectivamente, em termos percentuais.

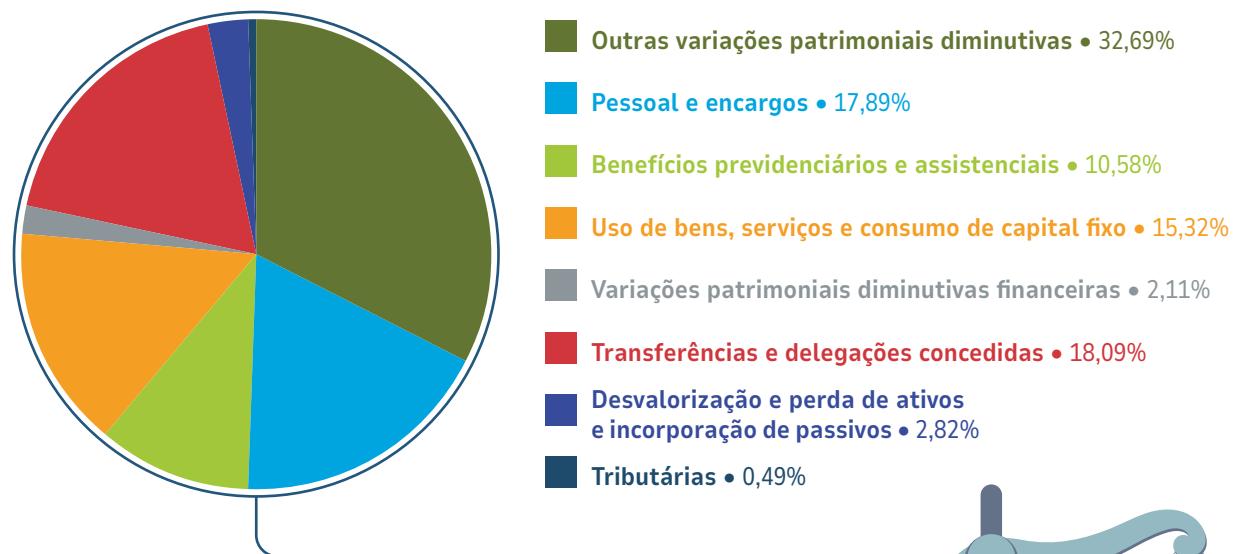
Gráfico 10 | Variações Patrimoniais Aumentativas - 2023



Fonte: FIPLAN

Os itens mais representativos das VPAs foram “Impostos, taxas e contribuições de melhoria” e “Transferências e delegações recebidas”, que representam, respectivamente, 48,42% e 31,05% do total das VPAs.

Gráfico 11 | Variações Patrimoniais Diminutivas - 2023



Fonte: FIPLAN

Os itens das VPDs mais representativos foram: “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas”, que representa aproximadamente 32,69% do total destas variações; “Transferências e delegações concedidas”, representando cerca de 18,09%; e “Pessoal e encargos”, com 17,89% (Gráfico 11).



De que forma o resultado das variações patrimoniais afeta o **Balanco Patrimonial**?

As variações patrimoniais, como contas de resultado, mantêm vinculação com as contas patrimoniais, de forma a permitir a identificação das alterações nas contas patrimoniais que produziram movimentações nas contas de resultado.

Por meio da diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD), obtém-se o Resultado Patrimonial do Exercício.

Esse resultado comporá o patrimônio líquido no Balanço Patrimonial, positivamente, se for superávit, ou negativamente, se for déficit.

Ele é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e também no Balanço Patrimonial, no grupo do Patrimônio Líquido, item “Lucros e prejuízos do exercício”.



Dessa forma, comparando a DVP com o Balanço Patrimonial, verifica-se o seguinte:

DVP X Balanço Patrimonial

DVP (Resumida)

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

Impostos, taxas e Cont. Melhoria

Contribuições

Exploração de Bens, Serviços e Direitos

VPA Financeiras

Transferências e Delegações Recebidas

Valorização e Ganho com Ativos

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

Pessoal e Encargos

Benefícios Previdenciais e Assistenciais

Uso de bens, serviços e consumo de Capital Fixo

VPD Financeiras

Transferências e Delegações Concedidas

Desvalorização e Perda de Ativos

Tributárias

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Resultado Patrimonial do Período (Superávit ou Déficit)

Total

Balanço Patrimonial (Resumido)

Ativo

Ativo Circulante

Ativo Não Circulante

Total do ativo

Passivo

Passivo Circulante

Passivo Não Circulante

Total do Passivo

Patrimônio líquido

Patrimônio Social e Capital Social

Reservas de Lucros

Resultados Acumulados

Lucros e Prejuízos do Ex.

Lucros e Prejuízos do Ex. Ant

Total do Patrimônio Líquido

Total

Ativo Financeiro

Ativo Permanente

Passivo Financeiro

Passivo Permanente

Saldo Patrimonial

Compensações

Saldo dos atos Potenciais Ativos

Saldo dos atos Potenciais Passivos

Total

Total

Em 2023, o Resultado Patrimonial do período obtido na DVP foi um déficit de R\$ 23,50 bilhões, aparecendo também no Balanço Patrimonial, no item “Lucro ou prejuízos do exercício” no grupo do Patrimônio Líquido.



O que é a **provisão matemática previdenciária**?

Entende-se como **provisão matemática previdenciária** a diferença maior entre os valores provisionados pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano para com seus beneficiários e dependentes e as contribuições correspondentes.

Também conhecida como passivo atuarial do Estado, a provisão matemática previdenciária representa o valor presente, calculado atuarialmente, em determinada data, do total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos futuros com benefícios previdenciários, como aposentadorias, pensões e outros.

Essa provisão é utilizada quando não há equilíbrio financeiro, ou seja, o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário não é suficiente para custear os benefícios assegurados pelo sistema previdenciário do RPPS.

Dessa forma, a provisão atuarial é registrada no Balanço Patrimonial, no passivo não circulante, provisões a longo prazo.



7 | Gestão Fiscal



Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

A Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

Para alcançar esse objetivo, a lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; e concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

A seguir, temos uma tabela como resumo dos valores e índices atingidos nos demonstrativos exigidos pela LRF em 2023.

Tabela 08 | Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF

	Previsão Atualizada	Valor Realizado
Receita Corrente Líquida - 2023	R\$ 56.919.366 mil	R\$ 57.229.420 mil

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

Limites Legais em relação a Receita Corrente Líquida Ajustada

Limite de Pessoal	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Despesa de Pessoal	48,44	54,00	57,00	60,00
Executivo e Defensoria	39,98	43,74	46,17	48,60
Legislativo	2,27	3,06	3,22	3,40
Assembleia Legislativa	1,42	1,68	1,78	1,87
TCE	0,51	0,81	0,86	0,90
TCM	0,34	0,57	0,60	0,63
Judiciário	4,84	5,40	5,70	6,00
Ministério Público	1,36	1,80	1,90	2,00
Limite da Dívida Consolidada Líquida - DCL	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Dívida Consolidada Líquida R\$ 20.840.462 mil	36,48	180,00	190,00	200,00

Limite da DCL = 2 vezes a Receita Corrente Líquida

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Limites Constitucionais

Descrição	Limite Realizado (%)	Limite Mínimo Anual (%)
Educação	26,64	25,00
Saúde	15,43	12,00

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

Metas - R\$ Mil

Descrição	Valor Realizado	Meta Anual LDO
Resultado Primário - Acima da Linha	-1.101.690	-2.518.028
Resultado Nominal - Acima da Linha	-1.220.598	-2.284.566

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

O que é a dívida pública?

Os estados, os municípios e a União prestam serviços e realizam investimentos necessários ao desenvolvimento econômico-social. Para esses fins, utilizam receitas obtidas basicamente na forma de tributos incidentes sobre a produção, a renda, a propriedade e o consumo de empresas e famílias. Entretanto, em relação aos gastos governamentais com investimentos, que desempenham papel central na evolução da atividade

econômica e no nível de bem-estar, envolvendo elevados valores, a receita tributária normalmente é insuficiente, sendo preciso complementá-la. Assim, o setor público recorre à contratação de operações de crédito que lhe disponibilizam recursos, gerando em contrapartida a dívida pública, ou seja, a obrigação contratual de devolver tais recursos em um determinado período de tempo, acrescidos de juros.

Tabela 09 | Dívida Pública em 31.12.2023

Discriminação	Valores (R\$)
Dívida Interna	20.282.174.892
Dívida externa	10.483.594.543
Total	30.765.769.435

Fonte: FIPLAN/SEFAZ

Tabela 10 | Receitas de Operações de Crédito obtidas no ano de 2023

Instituição Financeira	Valores (R\$)
Caixa Econômica Federal	99.024.055
Banco do Brasil	636.000.000
Banco Interamericano de Desenvolvimento	29.141.600
Total	764.165.655

Fonte: SDP/SEFAZ

Tabela 11 | Amortização e Encargos Pagos da Dívida relativos ao ano de 2023

Discriminação	Valores (R\$)
Amortização	2.544.703.573
Juros e demais Encargos	1.325.514.269
Total	3.870.217.842

Fonte: FIPLAN/SEFAZ



8

Gestão Econômica



O que é o Balanço Econômico?

É o demonstrativo no qual são apresentados os valores e a participação percentual das diferentes formas de obtenção de recursos (exemplos: arrecadação de tributos, transferências recebidas e endividamento estatal) e de sua aplicação (exemplos: gastos com manutenção, investimentos e transferências constitucionais).

Permite-se, assim, verificar a execução dos gastos públicos com base nos recursos destinados especificamente à gestão orçamentária, assim como o resultado orçamentário, na forma de superávit ou déficit. O **Balanço Econômico** contempla as administrações direta e indireta.

Tabela 12 | Balanço Econômico 2023

Valores em R\$

Recursos Obtidos		AV (1)
Da Arrecadação de Tributos	42.898.928.373	60,03%
(-)Conta Redutora	-5.515.281.623	-7,72%
Da Exploração do Patrimônio Estatal	2.046.796.336	2,86%
(-)Conta Redutora	-8.827.709	-0,01%
De Transferências Recebidas	28.065.484.714	39,27%
(-)Conta Redutora	-3.292.771.190	-4,61%
De Alienações de Bens	16.044.547	0,02%
Do Endividamento Estatal	764.165.655	1,07%
Demais Receitas	6.496.196.213	9,09%
(-)Conta Redutora	-10.836.294	-0,02%
SUBTOTAL	71.459.899.022	100,00%

Valores em R\$

Recursos Aplicados		AV (1)
Gastos com Manutenção	48.251.527.917	65,20%
Pessoal e Encargos Sociais exceto Previdência	19.774.011.647	26,72%
Previdência	11.521.450.210	15,57%
Outros Serviços de Terceiros	10.250.452.367	13,85%
Material de Consumo	647.159.485	0,87%
Locação de Mão-de-Obra	1.303.724.271	1,76%
Demais Gastos	4.754.729.938	6,42%
Serviços da Dívida	3.091.655.696	4,18%
Juros e Encargos	1.535.885.995	2,08%
Amortização	1.555.769.701	2,10%
Investimentos	8.384.518.312	11,33%
Inversões Financeiras	1.045.000.533	1,41%
Transf. Constitucionais a Municípios	9.876.221.118	13,35%
Outras Transferências	3.356.977.844	4,54%
SUBTOTAL	74.005.901.421	100,00%
Superávit/Déficit	-2.546.002.399	
SUBTOTAL	71.459.899.022	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ

1 • Análise Vertical. Participação do item no Subtotal.

2 • Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias neste demonstrativo.

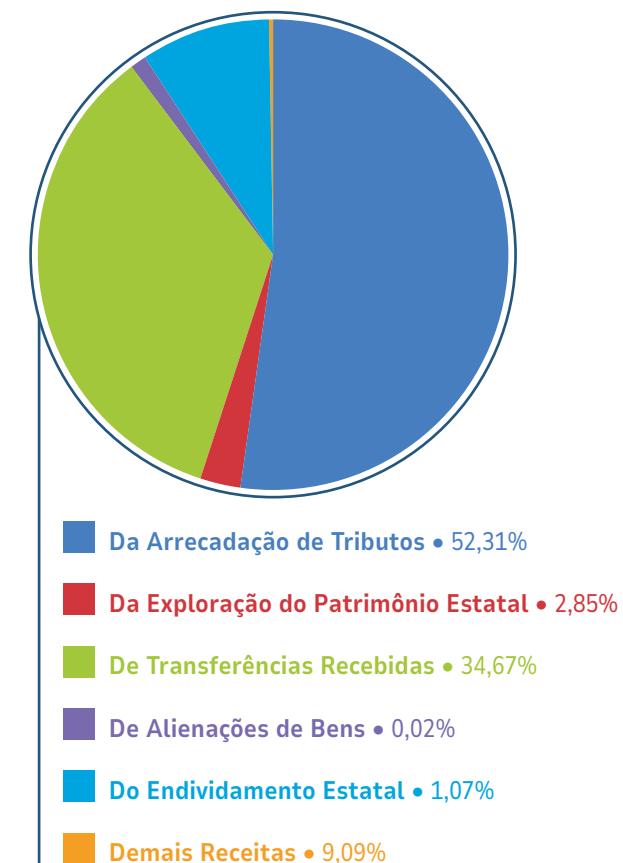
O estado da Bahia obteve recursos no valor de R\$ 71,46 bilhões – excluídas as Receitas Intraorçamentárias. A análise da composição desse total revela que os seus itens mais significativos são: receitas da arrecadação de tributos, num total de R\$ 42,89 bilhões, ou 60,03% do total; e receitas de transferências, abrangendo transferências correntes e transferências de capital, no valor de R\$ 28,06 bilhões, correspondente a 39,27% dos recursos obtidos.

Considerando os recursos aplicados em 2023, o valor total é de R\$ 74 bilhões – excluídas as Despesas Intraorçamentárias –, e o item mais expressivo é o gasto com manutenção, no valor de R\$ 48,25 bilhões, ou 65,20% do total. Destes, destacam-se a despesa com pessoal e encargos, equivalente a 26,72%, e a despesa com previdência, que representou 15,57%.

O confronto entre os recursos obtidos e a aplicação de recursos tem como resultado um déficit orçamentário de R\$ -2,54 bilhões.

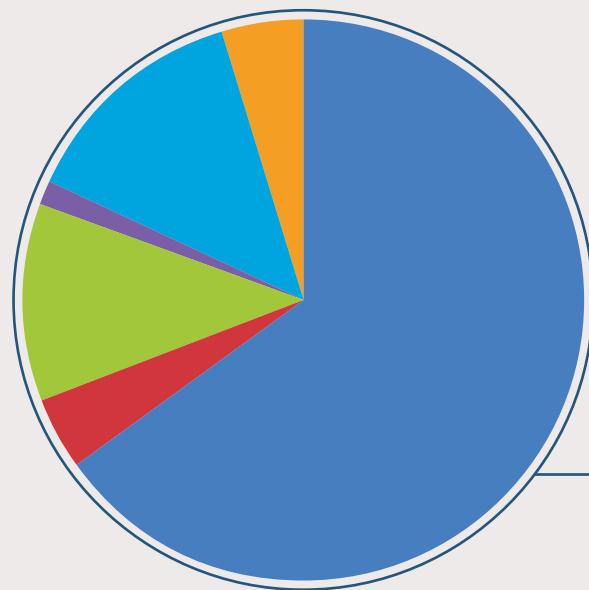
Comparando as participações líquidas percentuais, tanto nos recursos obtidos quanto nos aplicados, **temos as seguintes situações:**

Gráfico 12 | Recursos Obtidos (Líquidos)



Fonte: FIPLAN

Gráfico 13 | Recursos Aplicados



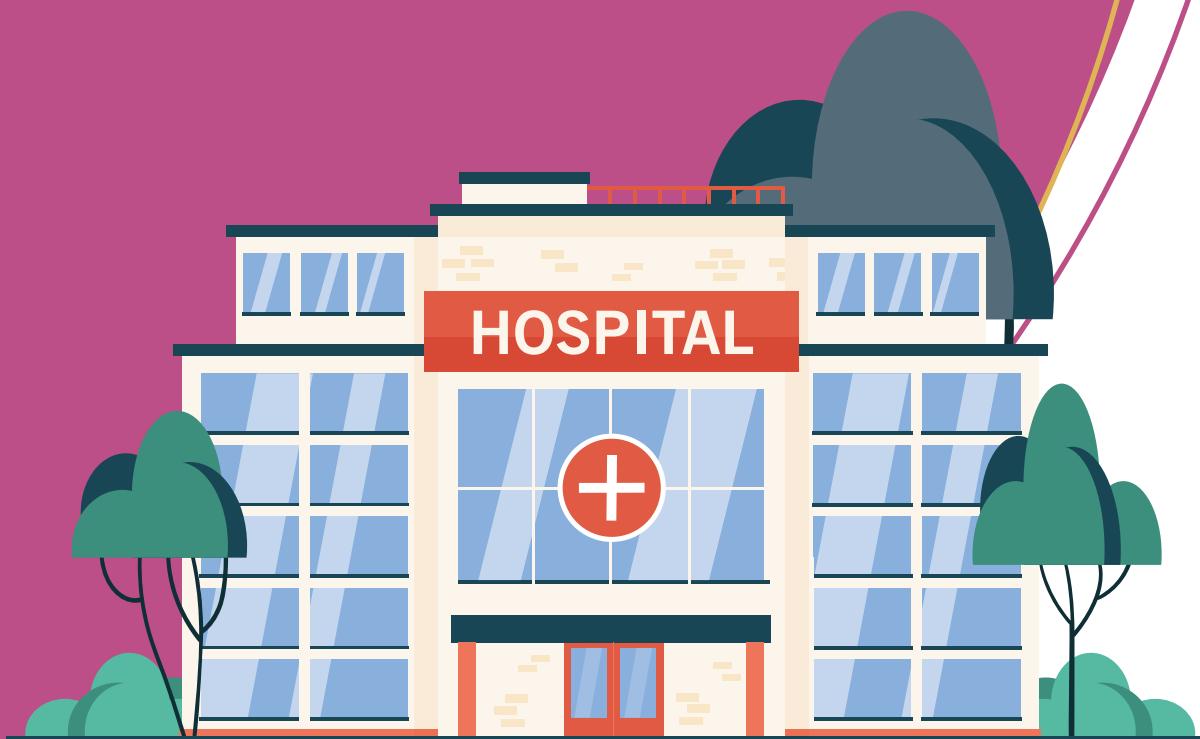
- Gastos com Manutenção • 65,20%
- Serviços da Dívida • 4,18%
- Investimentos • 11,33%
- Inversões Financeiras • 1,41%
- Transf. Constitucionais a Municípios • 13,35%
- Outras Transferências • 4,54%

Fonte: FIPLAN



9

Concessões, PPPs e consórcios



As concessões de serviços públicos, as Parcerias Público-Privadas (PPP) e os consórcios públicos

Uma das formas de os entes públicos atenderem às demandas da sociedade é através das **concessões de serviços públicos**. O estado da Bahia vem realizando diversas concessões e viabilizando diversos investimentos, gerando benefícios à sociedade. Mas como isso acontece? Vamos ver.

Cabe inicialmente destacar que um dos tipos de concessão muito relevante é a denominada Parceria Público-Privada (PPP), que é uma espécie de concessão de serviços públicos, conforme o capítulo 2 da parte III do *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (MCASP), 9ª edição: é a delegação contratual da execução do serviço público, precedida ou não de obra pública, permanecendo a titularidade com o poder público. Ainda conforme o citado MCASP, as concessões de serviços públicos dividem-se em duas categorias: **concessões comuns** e **concessões especiais**.

As concessões comuns são aquelas reguladas pela Lei n. 8.987/95 e, no caso da Bahia, podem-se citar os contratos de concessão da operação da travessia Salvador-Itaparica pelo **Sistema Ferry Boat** (concessionária: Internacional Travessias Salvador

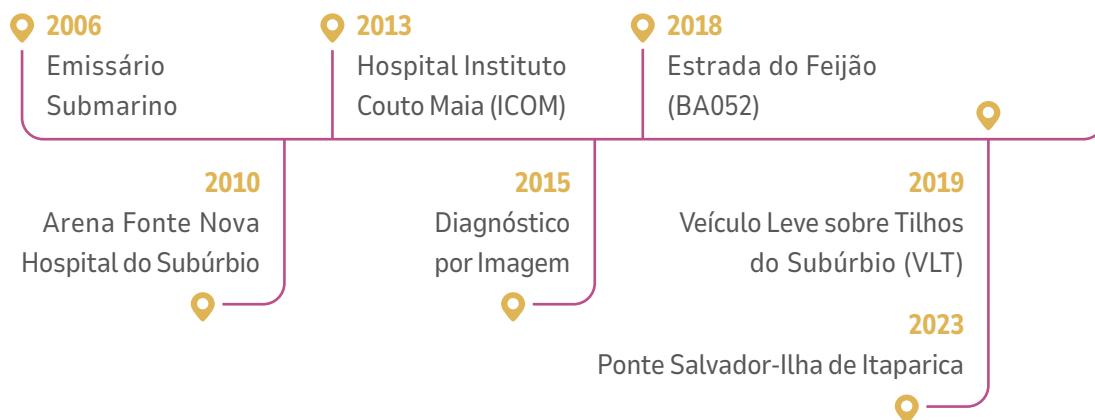
S.A.) e as concessões dos **Sistemas Rodoviários BA-093** (concessionária: Bahia Norte S.A.) e **BA-099 – Estrada do Coco/Linha Verde** (concessionária: CLN, Concessionária Litoral Norte).

Já as concessões especiais são reguladas pela Lei n. 11.079/2004 e são as chamadas PPPs. Esse tipo de concessão subdivide-se em: concessões **patrocinadas** e **administrativas**. A diferença básica entre as concessões patrocinadas e as administrativas é que o objeto das **patrocinadas** é a concessão de serviços públicos ou obras de interesse público de que trata a Lei n. 8.987/95, quando envolver, **adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários**, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

No caso das concessões **administrativas**, seu objeto é a prestação de serviços de que a **Administração Pública seja a usuária direta ou indireta**, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. Nesse caso, a remuneração do parceiro privado é sempre por contraprestação paga pelo poder público, **não havendo cobrança de tarifas dos usuários**.

Observe-se que, diferentemente das concessões comuns, no caso das PPP a premissa básica é que **há sempre uma contraprestação pecuniária por parte do poder público**, independentemente de haver cobrança de tarifas dos usuários.

A figura seguinte apresenta as PPPs existentes no estado da Bahia em uma linha de tempo da sua implantação:



a) Arena Fonte Nova

Concessão administrativa para a reconstrução e operação do Estádio Octávio Mangabeira – Fonte Nova. A Concessionária Fonte Nova Participações S.A. foi contratada em janeiro de 2010 pelo prazo de 35 anos para reconstruir e operar a arena multiuso. A conversão do antigo estádio em uma arena multiuso, com capacidade para 50 mil torcedores, visou dotar a cidade de um equipamento apto a sediar jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, permitindo, ainda, que a população tenha um importante equipamento de lazer, esporte e entretenimento.

b) Hospital do Subúrbio

O Hospital do Subúrbio (HS), a primeira unidade hospitalar pública do Brasil viabilizada por meio de PPP, iniciou no dia 14/09/2010 o atendimento à população baiana. A unidade, voltada para atendimentos de urgência e emergência, é operada pelo consórcio Prodal Saúde S.A., vencedor da licitação de PPP, e conta com centro de bioimagem, raio-X, tomógrafo, ultrassonografia, ressonância magnética, endoscopia, entre outros.

A construção da unidade, realizada pelo Estado, exigiu o investimento de cerca de R\$ 54 milhões, sendo que os investimentos iniciais pelo parceiro privado para equipar e iniciar os atendimentos

foram de aproximadamente R\$ 36 milhões. O hospital beneficia cerca de 1 milhão de habitantes de todo o subúrbio, além da população de bairros como Valéria, Cajazeiras, Castelo Branco e Pau da Lima e municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Trata-se do primeiro projeto de PPP na área de saúde do Brasil. O leilão de concessão ocorreu em fevereiro na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA-SP), a assinatura do contrato se deu em maio e o início das operações da unidade hospitalar em setembro de 2010. Essa concessão administrativa consiste em equipar, mobiliar e operar a unidade hospitalar, incluindo os serviços médicos prestados.

O hospital, inicialmente com 298 leitos, sendo 30 em internação domiciliar, passou a contar com 373 leitos a partir de março de 2012, sendo 60 em internação domiciliar, e se destina ao atendimento de alta complexidade para crianças e adultos, especificamente urgências e emergências clínicas, cirúrgicas e traumato-ortopédicas. Inclui ainda neurocirurgia e endoscopia digestiva. O prazo da concessão será de 10 anos e a remuneração da concessionária se dá unicamente através de contraprestação pública.



c) Instituto Couto Maia

Concessão administrativa para a construção e operação de serviços não assistenciais do Instituto Couto Maia. O Instituto Couto Maia é maior e mais moderno hospital especializado em doenças infectocontagiosas do Brasil. Atualmente, são 120 leitos – sendo 20 Unidade de Terapia Intensiva (UTIs) –, ambulatórios de infecção geral, HIV e neuroinfecção.

A unidade oferta atendimento de urgência e emergência, ambulatório especializado, além do Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais (Crie) e uma agência transfusional, serviço de reabilitação e de logística. A unidade oferece pronto-atendimento 24 horas para pacientes referenciados e regulados no Sistema Único de Saúde (SUS). O serviço de internação atende homens, mulheres e crianças, 60% deles portadores do vírus HIV, e a unidade permite que eles recebam todo o suporte para o controle da doença.

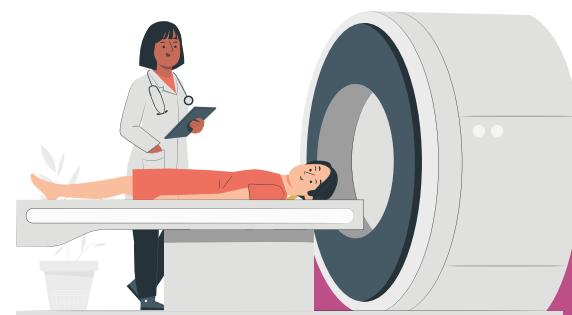
d) Metrô de Salvador e Lauro de Freitas

Este projeto visa a implantação e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas por meio de concessão patrocinada, abrangendo a construção da linha 2 do metrô e conclusão das obras da linha 1, interligando os municípios de Salvador e Lauro de Freitas, com extensão total de cerca de 36 km. O prazo previsto para a concessão é de 30 anos, entre obras e operação do sistema.

e) Diagnóstico por Imagem

O Governo do Estado da Bahia contratou, em regime de concessão administrativa, a Concessionária Rede Brasileira de Diagnósticos SPE S.A. para a gestão e operação de serviço de apoio ao diagnóstico por imagem em uma central de imagem e em 12 unidades hospitalares integrantes da rede própria da Secretaria de Saúde do Estado.

O prazo da concessão será de 11 anos e 6 meses, contado a partir da data da assinatura do contrato de concessão.



Essa iniciativa, pioneira no país, proporcionará o provimento dos serviços de telemedicina, diagnóstico e bioimagem e serão realizados os seguintes tipos de exames, na forma e condições estabelecidas na minuta do contrato e em seus anexos:

- i. radiologia convencional;
- ii. mamografia;
- iii. tomografia computadorizada; e
- iv. ressonância magnética.

f) Emissário Submarino

Contrato de concessão administrativa assinado em dezembro de 2006 para a construção e operação do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe, que compreende a ampliação da Estação Elevatória do Saboeiro, implantação de linhas de recalque, construção da Estação de Condicionamento Prévio e implantação dos emissários terrestre e submarino. Com esse projeto, serão beneficiadas mais de 1 milhão de pessoas dos municípios de Salvador e Lauro de Freitas. A Concessionária Jaguaribe S.A. foi contratada pelo prazo de 18 anos para construir e operar o sistema, tendo 2 anos para a execução das obras e mais 1 mês de pré-operação. O valor da contraprestação mensal é de R\$ 3,385 milhões, em 183 parcelas, num valor total R\$ 619,46 milhões.

O início das obras se deu no mês de junho de 2008, estimando-se o início das operações para dezembro de 2010, e o pagamento da contraprestação pública se dará através de recebíveis da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), empresa estatal não dependente.

g) BA-052, Estrada do Feijão

O projeto visa a reabilitação e manutenção (*brownfield*) em um trecho de 462 km da rodovia BA-052, que liga Feira de Santana a Xique-Xique; 85 km da rodovia BA-160, que liga Xique-Xique à Ponte; e, adicionalmente, a construção de uma ponte (*greenfield*) de 1 km ligando os municípios de Xique-Xique à Barra. O objeto é a delegação, por meio de PPP, na modalidade de concessão patrocinada, das obras e dos Serviços necessários para a operação, manutenção e revitalização do Sistema BA-052.



h) Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)

O projeto consiste na concessão patrocinada para implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação e manutenção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ou outro modal equivalente de transporte público sobre trilho ou guia e movido à propulsão elétrica (VLT do Subúrbio), tendo como principal objetivo a integração entre o Subúrbio e os principais corredores de transporte público de massa da cidade de Salvador, com 19,9 km de extensão ao longo de 22 estações, substituindo o trem do Subúrbio.

Com capacidade de transportar cerca de 172 mil passageiros por dia, os 28 trens do VLT do Subúrbio – com capacidade para transportar 600 passageiros cada – circularão ao longo de 23,3 km para ligar a capital baiana à cidade de Simões Filho, na RMS, passando por 25 paradas em suas linhas laranja e verde.

A linha laranja será composta por 23 paradas, iniciando no município de Simões Filho (Ilha de São João) e passando por: São Luiz, Paripe, Coutos, Setúbal, Periperi, Praia Grande, Escada, Itacaranha, São Braz, Plataforma, São João, União, Lobato, Suburbana, Santa Luzia, Baixa do Fiscal, Calçada, São Joaquim, Soledade, Baixa de Quintas, Heitor Dias, até a parada Acesso Norte, onde haverá a integração com a CCR Metrô Bahia. Na parada

São Joaquim, os usuários do VLT do Subúrbio poderão fazer uma conexão para a linha verde e seguir por mais duas paradas: Porto e Comércio.

i) Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica

Delegação por meio de PPP na modalidade de concessão patrocinada das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, compreendendo os seguintes trechos:

- i. trecho 1: acessos viários em Salvador;
- ii. trecho 2: ponte Salvador-Ilha de Itaparica;
- iii. trecho 3: chegada da Ponte à Ilha de Itaparica;
- iv. trecho 4: nova variante rodoviária (desvio de Mar Grande) a ser construída na Ilha de Itaparica;
- v. trecho 5: recuperação e ampliação de trecho da BA-001 existente, desde a nova variante rodoviária (desvio de Mar Grande), nas proximidades de Cacha-Pregos até a cabeceira da Ponte do Funil.

Nos casos citados anteriormente, podem-se dividir as PPPs da seguinte forma:

- Concessões Patrocinadas: Metrô de Salvador e Lauro de Freitas, BA 052 -Estrada do Feijão, Veículo Leve Sobre Trilhos – VLT e Sistema Rodoviário Ponte Salvador / Ilha de Itaparica.
- Concessões Administrativas: Arena Fonte Nova, Hospital do Subúrbio, Instituto Couto Maia, Diagnóstico por Imagem e Emissário Submarino.

O QUE SÃO OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS?

Os consórcios públicos

[...] são parcerias formadas por dois ou mais entes da Federação para a gestão associada de serviços públicos, bem como para a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, conforme artigo 241 da Constituição Federal/1988, regulamentado pela Lei nº 11.107/2005 e pelo Decreto nº 6.017/2007 (MCASP, 9. ed., parte III, cap. 7).

Imaginemos o seguinte: digamos que em sua rua existam 100 casas e os moradores decidiram construir uma horta comunitária para servir a todos utilizando um terreno disponível na região. No primeiro momento, será preciso investir na criação da horta, materiais, sementes, mudas etc. e, em seguida, haverá um custo de manutenção.



Como todos utilizarão a horta, ficou estabelecido que os gastos de criação da horta (investimento) e sua manutenção (custo e despesas) seriam rateados de forma proporcional à quantidade de moradores de cada casa.

Para facilitar, os gastos formam divididos em cotas de acordo com a quantidade total de moradores (população) e cada casa arcaria com a quantidade de “cotas” nela residentes. Ou seja, uma casa com cinco moradores pagaria cinco cotas, uma casa com três moradores, três cotas, e assim sucessivamente.

No caso dos consórcios interfederativos funciona do mesmo jeito. O fator população e/ou outros estabelecidos no contrato de rateio de cada município ou Estado é que determina as cotas de cada ente e, com isso, ele contribuirá no consórcio de forma proporcional.

Um detalhe no caso dos consórcios de saúde que envolve o estado da Bahia, por ser esse o ente com um poder econômico-financeiro maior, o estado ficou responsável pela construção e equipagem dos equipamentos e com 50% das cotas. Os outros 50% é que foram rateados entre os municípios participantes.

Conforme o item 7.2 da parte III do MCASP (9. ed.), o **contrato de rateio** é o instrumento pelo qual

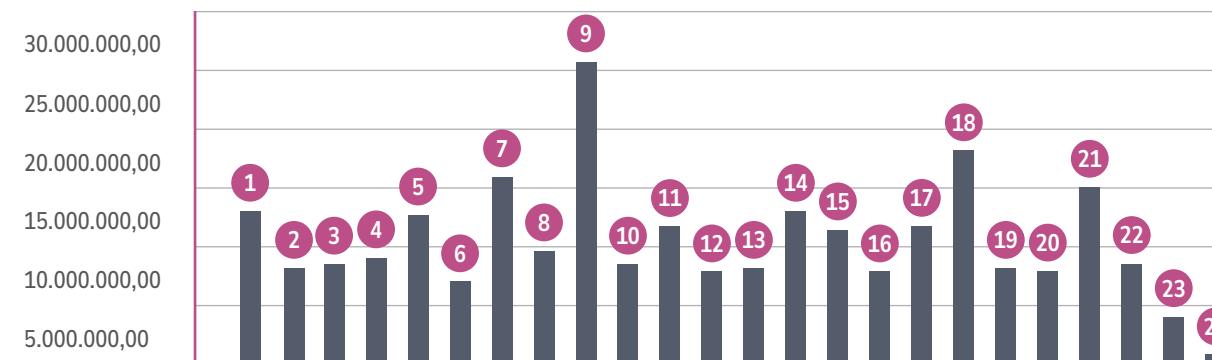
os entes da Federação consorciados comprometem-se a transferir recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público, consignados em suas respectivas Leis Orçamentárias Anuais (LOA).

Para tal, cada ente consorciado deve incluir em seus instrumentos de planejamento – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e LOA – ações e dotações orçamentárias inerentes à prestação dos serviços públicos objeto do consórcio.

O estado da Bahia, especificamente na área de saúde, está consorciado a diversos municípios baianos com o objetivo de prestação de serviço de saúde por meio de policlínicas e hospitais regionais conforme gráfico seguinte, no qual se apresenta a avaliação do valor de cada consórcio para o estado por meio da sistemática da Avaliação Proporcional Patrimonial (Gráfico 14), conforme determina o MCASP.

O estado ainda participa no Consórcio Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, o Consórcio Nordeste. Nesse caso, como só participam estados, o rateio foi estabelecido envolvendo a população (50%), o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* relativo (30%) e uma parte igualitária (20%). A partir desses critérios, o estado da Bahia participa com **19,04%**, aproximadamente.

Gráfico 14 | Valor Contábil da Participação



1 | Região de Irecê • 2 | Extremo Sul da Bahia • 3 | Alto Sertão (Guanambi) • 4 | Região de Jequié • 5 | Nordeste II (Ribeira do Pombal)
 6 | Região de Brumado • 7 | Portal do Sertão (Feira de Santana) • 8 | Litoral Norte e Agreste Baiano - CLINAB • 9 | Reconvale
 10 | Região do Baixo Sul • 11 | Região de Paulo Afonso • 12 | Região de Juazeiro • 13 | Região de Vitória da Conquista/Itapetinga
 14 | Região do Metro Recôncavo Norte - MRN • 15 | Região de Itabuna e Ilhéus • 16 | Região da Chapada
 17 | Região de Senhor do Bonfim • 18 | Policlínica de Barreiras • 19 | Costa do Descobrimento • 20 | Região de Itaberaba e Seabra
 21 | Região de Serrinha • 22 | Bacia do Rio Corrente • 23 | Região de São Francisco do Conde • 24 | Região de Ilhéus

Tabela 13 | Participações em Consórcios Públicos

Consórcio Público	Participação do Estado (%) (a)	Patrimônio Líquido (PL)1 (b)	Valor da Apropriação Proporcional Patrimonial (R\$) (c) = (b)*(a)%	Valor Contábil da Participação (d)	Resultado Positivo / (Negativo) da Apropriação (e) = (c) - (d)	Provisão para Perdas na Participação
Consórcio estadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste	19,04	57.467.397,39	10.941.792,46	13.034.378,01	-2.092.585,55	-
Total	-	57.467.397,39	10.941.792,46	13.034.378,01	-2.092.585,55	-

Fonte: Fiplan e Consórcios Nordeste

CONCLUSÃO

Os relatórios constantes da presente prestação de contas demonstram que o estado da Bahia tem cumprido todos os indicadores constitucionais, os da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e os do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF); tem mantido o equilíbrio fiscal; e continua firme no seu propósito de reduzir as desigualdades, criar oportunidades para todos e cuidar do bem-estar social.

Equipe Técnica

Audenice Siqueira Bezerra

Antonyone Barros de Lima

Bruno Jesus de Lima

Camille Galvão de Moura Bouzas

Carina Ramos Santos

Carlos Eugênio Neri Miranda

Cecília Queiroz Vasconcelos Gouvêa

Daniel Lanza Escolástico

Daniela Sampaio Vilar de Oliveira

Diego Severiano de Amorim

Elvira Cândida Cerdeira da Silva

Érica Advincula de Souza

Erickson Sodré Afonso

Gil Edielg Santana Sousa

Gélvio da Silva Figueiredo

Henry Cezar Ce Filho

Ilan Nogueira de Oliveira Santana

Ionara Falcão Modesto

Ionara Naiara Carvalho Santos

Itamar Araujo Gomes Junior

Jerffson Alves Cirqueira

Jorge Jose Vieira da Silva

Leandro da Anunciação Machado

Manuel Roque dos Santos Filho

Marcelo Passos de Freitas

Matheus Pinto Souza

Moisés Silva de Souza Filho

Murilo Carneiro da Costa

Otávio Antônio Nunes West

Pedro José Soares de Araújo

Pedro Cruz de Almeida

Rachel Valença

Raimundo Gibernon de Almeida

Ramon Francisco das Mercês Santos

Roberval Lopes Lima

Rodrigo Carreiro da Silva

Rosângela Pereira de Brito

Sérgio Augusto dos Santos Lima Junior

Tereza Neuman Almeida Fonseca Portugal

Wellington Das Virgens Correia Junior

B151p Bahia. Governo do Estado.

Prestação de Contas Anual Simplificada 2023 / Organizador,
Manuel Roque dos Santos Filho; Equipe Técnica, Itamar Araújo
Gomes Júnior... [et al.]. Salvador: Secretaria da Fazenda do Estado
da Bahia, 2024.

80p. : il. Color.

Título anterior: Prestação de Contas Anual Simplificada 2022.

1. Administração Pública – Prestação de Contas – Bahia.

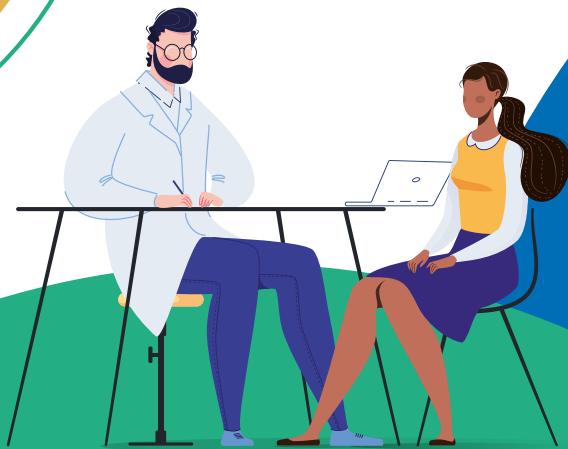
I. Bahia. Secretaria da Fazenda. II. Título

CDD 351

CDU 35

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Universidade Corporativa
do Serviço Público do Estado da Bahia – Unidade Fazenda

Essa cartilha foi composta com auxílio
da família tipográfica **Nunito Sans Condensed**.



GOVERNO DO ESTADO

BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA